



2021/0227(BUD)

29.9.2021

PARECER

da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

dirigido à Comissão dos Orçamentos

sobre o projeto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2022
– todas as secções
(2021/0227(BUD))

Relator de parecer: Christian Ehler

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão da Indústria, da Investigação insta a Comissão dos Orçamentos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Congratula-se com o projeto de orçamento para 2022, o primeiro orçamento geral com plena execução do Acordo sobre o QFP, que inclui nomeadamente a percentagem relativa de despesas da UE relevantes em termos de clima e o contributo para a transição digital da UE; reitera que este orçamento deve ser plenamente alinhado com o Acordo de Paris e o Pacto Ecológico Europeu, contribuindo, em última instância, para cumprir as metas revistas da UE para 2030 em matéria de clima, energia e ambiente, e o objetivo de neutralidade climática da UE o mais tardar até 2050, e impulsionar, por sua vez, a nova estratégia industrial atualizada; salienta que 2022 deve ser um ano para impulsionar uma recuperação rápida para uma Europa resiliente do ponto de vista social, ambiental e económico;
2. Toma nota da posição do Conselho sobre o orçamento de 2022; condena com veemência os cortes propostos aos programas da União nas áreas da indústria, da investigação e da energia, sobretudo tendo em conta que estes programas representam investimentos essenciais para a recuperação, a transição digital e a transição para a sustentabilidade, assim como para a competitividade, a resiliência e a autonomia estratégica da Europa;
3. Relembra o acordo sobre o QFP, nomeadamente no que se refere ao financiamento do NGEU e ao financiamento adicional de 4 mil milhões de euros para o Horizonte Europa; entende que os cortes propostos pelo Conselho são contrários a estes acordos; tenciona velar por que o Conselho mantenha os compromissos que assumiu a favor da recuperação da Europa;
4. Recorda que políticas ambiciosas que visem a neutralidade climática exigem investimentos significativos na investigação e na inovação, pelo que lamenta, a este respeito, os recentes cortes do Conselho nas dotações do Horizonte Europa para 2022;
5. Recorda a sua resolução de 16 de setembro de 2020 sobre o projeto de decisão do Conselho relativa ao sistema de recursos próprios da UE; exorta a Comissão a garantir a aplicação atempada de novos recursos próprios, conforme acordado no acordo interinstitucional de 16 de dezembro de 2020;
6. Frisa a importância de reforçar a proteção do orçamento da União e do NGEU contra a fraude e as irregularidades; acolhe favoravelmente a introdução de medidas normalizadas para recolher, comparar e agregar as informações e os valores relativos aos beneficiários finais do financiamento da União, nomeadamente sobre os beneficiários efetivos dos destinatários e dos contratantes; solicita à Comissão que garanta a plena aplicação destas novas medidas a todos os níveis da execução orçamental e que acompanhe de perto a sua eficácia, tendo em vista a deteção de fraudes;
7. Insiste na importância de aumentar os investimentos na digitalização e na conectividade

digital para definir claramente a meta digital para 2030 e enfrentar os desafios relacionados com a redução do fosso digital e o aumento da literacia digital, da cibersegurança, do fluxo livre de dados, da segurança, da responsabilidade e da inteligência artificial;

8. Solicita, à luz da emergência climática e das conclusões alarmantes do 6.º Relatório de Avaliação do PIAC, um aumento substancial das despesas climáticas no orçamento de 2022 e que as margens e os instrumentos de flexibilidade disponíveis sejam utilizados para reforçar os programas da União que apoiam a transição ecológica, energética e eficiente em termos de recursos; considera, além disso, que os fundos da União gastos em projetos prejudiciais ou falsas soluções para o clima devem ser redirecionados para o desenvolvimento e a implantação de medidas eficientes em termos energéticos e de recursos, assim como de soluções sustentáveis em matéria de energias renováveis, já disponíveis ou disponíveis num futuro próximo, de modo a cumprir as metas da UE em matéria de clima e energia;
9. Solicita verbas adicionais para acelerar o desenvolvimento e a utilização de fontes de energia renováveis, a par de medidas de eficiência energética, a fim de honrar os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris e acelerar a transição para as energias limpas ou a transição para emissões líquidas nulas de gases com efeito de estufa;
10. Recorda que a aplicação do «New Deal Verde» exige que os financiamentos do QFP e da NGEU sejam concedidos em conformidade com o Acordo de Paris; salienta a importância de alcançar um nível de despesas em biodiversidade de 10 % e um nível de despesa na integração das questões climáticas de 30 %, acordados ao abrigo do QFP 2021-2027; sublinha que são necessários critérios de elegibilidade claros e uma metodologia abrangente para definir e monitorizar as despesas pertinentes em matéria de clima e de biodiversidade, respeitando o princípio de «não prejudicar significativamente», juntamente com o mecanismo de aferição para identificar potenciais impactos nocivos das ações da União na biodiversidade e o clima; relembra a Comissão que deve implicar plenamente o Parlamento; salienta que a Comissão deve definir esta metodologia antes da apresentação do projeto de orçamento para 2023, de modo a assegurar que a meta fixada para 2024 no acordo interinstitucional de 16 de dezembro de 2020 possa ser cumprida de forma eficaz; espera que o próximo relatório de desempenho inclua informações detalhadas sobre a forma como o orçamento da União contribui para o Pacto Ecológico Europeu e o princípio de «não prejudicar significativamente»;
11. Reitera o apelo à eliminação progressiva dos subsídios prejudiciais e à coerência entre todos os fundos e programas da União; insiste em que os projetos e os programas que não sejam conformes com o objetivo de limitar o aquecimento global a menos de 1,5 °C, ou com o objetivo de travar e reverter a perda de biodiversidade, não devem ser elegíveis para apoio ao abrigo do orçamento da União;
12. Reitera que o orçamento da União deve beneficiar as pessoas e centrar-se principalmente em promover o desenvolvimento social, o emprego de qualidade, o aumento dos padrões de qualidade de vida, a melhoria do acesso ao conhecimento, a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a transição energética para

um sistema energético mais eficiente e baseado em energias renováveis, o combate às alterações climáticas e a erradicação da pobreza energética;

13. Relembra o papel crucial da prospetiva estratégica e a importância da elaboração de políticas antecipatórias baseadas em dados concretos;
14. Destaca a necessidade de continuar a apoiar a investigação e a inovação enquanto motor da prosperidade no contexto da recuperação da atual pandemia e das ambições ecológicas e digitais da UE; solicita que as anulações de autorizações de investigação de 2020 sejam disponibilizadas para o Programa Horizonte Europa, em conformidade com o artigo 15.º, n.º 3, do Regulamento Financeiro; exorta a que as despesas com a investigação no domínio da saúde provenientes do orçamento da União sejam, pelo menos, iguais às do orçamento geral de 2021, tendo em conta a evolução da situação pandémica; apela à atribuição de verbas do *Next Generation EU* aos setores duramente atingidos pela crise e a instrumentos que possam contribuir diretamente para a recuperação, estimulando em simultâneo a transição ecológica e digital sustentável da economia europeia; entende que a própria transição digital deve facilitar e contribuir para a transição ecológica e frisa a importância de uma maior «ecologização» do setor das TIC; destaca o papel do CEI e do EIT no apoio à investigação e à inovação na União, bem como a necessidade de aumentar os seus recursos financeiros em 2022;
15. Realça que o orçamento da União deve apoiar a liberdade académica e a autonomia institucional em toda a Europa e no mundo; solicita que o orçamento da União preste apoio aos académicos afegãos atualmente confrontados com circunstâncias difíceis, já que a liberdade académica provavelmente desaparecerá sob o regime talibã;
16. Apoia o projeto-piloto para a criação de um sistema de bolsas para investigadores em risco, que deverá permitir à União apoiar diretamente académicos em risco, como os afegãos;
17. Lamenta a falta de ambição do projeto de orçamento para 2022 no que diz respeito à política para as microempresas e as PME; realça que, dada a atual situação económica, é extremamente importante estabelecer e reforçar o mecanismo de apoio às micro, pequenas e médias empresas; sublinha que, sem apoio adicional, não será possível dar uma resposta adequada às graves consequências a longo prazo resultantes da crise para as microempresas e as PME; solicita, por conseguinte, que o orçamento para 2022 reforce o apoio às microempresas, às PME e às suas associações representativas, contribuindo para o apoio ao desenvolvimento da competitividade, a melhoria do acesso a tecnologia e a promoção de melhores condições de trabalho;
18. Sublinha que as PME, as microempresas e as empresas em fase de arranque desempenham um papel importante na recuperação, permitindo manter o emprego e o crescimento, e insta a União e os Estados-Membros a garantirem um apoio mais forte para as PME e as empresas em fase de arranque, e a reduzirem ainda mais os seus encargos administrativos; destaca que as PME são uma parte essencial da economia europeia e salienta a necessidade de criar um ambiente empresarial favorável às PME e de apoiar os agrupamentos e redes de PME; frisa a necessidade de recursos financeiros suficientes na vertente do InvestEU relativa às PME;
19. Sublinha a necessidade de reformar a indústria europeia e os setores em que é difícil

reduzir as emissões, a fim de alcançar uma União competitiva e sustentável, e de cumprir as suas metas climáticas; salienta, por conseguinte, a necessidade de prever financiamento suficiente para os programas que apoiam essas metas, soluções inovadoras e tecnologias revolucionárias, nomeadamente o Horizonte Europa, o MIE, o InvestEU e a Empresa Comum «Pilhas de Combustível e Hidrogénio 2» (PCH 2);

20. Solicita que sejam abordados os impactos sociais, económicos, energéticos e ambientais da transição, mantendo e alargando as oportunidades de emprego nos territórios afetados, a fim de evitar a exclusão social; assinala, neste contexto, o papel do Fundo para uma Transição Justa para abordar os impactos sociais, socioeconómicos, tecnológicos e ambientais nas comunidades, nos setores e nos trabalhadores prejudicados pela transição do carvão e pelo fim da dependência do carbono; solicita que se garantam os direitos dos trabalhadores, que se reduza a pobreza energética e que se evite o agravamento das desigualdades;
21. Reitera o seu apoio a uma política industrial baseada numa abordagem ecossistémica que apoie a competitividade e reforce a resiliência da União, facilitando ao mesmo tempo as transições ecológica e digital; frisa a necessidade de alinhamento do investimento em todos os programas e ações da União, nomeadamente as empresas comuns, as alianças industriais e os projetos importantes de interesse europeu comum, se for caso disso, de molde a satisfazer eficazmente as necessidades de cada ecossistema;
22. Salienta a importância da aplicação bem-sucedida do pacote «Objetivo 55»; destaca o papel essencial da execução do plano de ação da União para a economia circular na concretização das políticas mencionadas;
23. Congratula-se com a ambição da Comissão de reforçar a competitividade, a autonomia estratégica e a resiliência da União e recorda, neste contexto, o êxito da Aliança Europeia para as Baterias que, em consonância com o Pacto Ecológico Europeu, o Plano de Ação da UE para a Economia Circular e a nova estratégia industrial, visa contribuir para a transição limpa e digital criando uma cadeia de valor competitiva, circular, sustentável e segura para as baterias, que será crucial para a futura mobilidade hipocarbónica e para o armazenamento de energia, sendo, por isso, um bom exemplo a seguir;
24. Considera que o movimento do novo Bauhaus europeu constitui um potente mecanismo de apoio à transição da Europa para uma economia e sociedade sustentáveis; acredita que os programas da União, como o Horizonte Europa, o Mecanismo Interligar a Europa e o InvestEU, devem contribuir para essa iniciativa; exorta a Comissão a desenvolver um mecanismo para integrar este movimento nos programas da União existentes, que conduza a sinergias e não estabeleça quaisquer critérios ou encargos administrativos adicionais;
25. Solicita pessoal suficiente para todas as agências, em conformidade com as suas funções e responsabilidades; destaca, em particular, a necessidade de reforçar substancialmente a ACER e o EIT, que há muitos anos padecem de falta de pessoal, bem como de assegurar um orçamento suficiente para permitir à ENISA e ao ORECE que cumpram as suas missões; congratula-se com a criação de novos lugares no quadro do pessoal da

EUSPA, mas apela a uma redução gradual do pessoal externo, para evitar perturbações nas atividades relacionadas com a segurança;

26. Lembra o seu apelo para a promoção da igualdade de género, de direitos e de oportunidades para todos no orçamento da União; salienta que são necessários esforços especiais para garantir que o orçamento da União serve de catalisador de uma transição ecológica e uma transição digital sustentável que garantam a igualdade de género; sublinha a importância de visar, em particular, as áreas da ciência, da tecnologia, da engenharia e da matemática (CTEM), assim como os setores espacial e das TIC; espera que a Comissão defina rapidamente a sua metodologia para avaliar o contributo de cada programa pertinente para a igualdade de género, em consonância com o acordo interinstitucional que acompanha o QFP 2021-2027, adotando as recomendações do Tribunal de Contas Europeu¹;

¹ Relatório Especial n.º 10/2021: «Integração da perspetiva de género no orçamento da UE: é altura de transformar as palavras em ação».

https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR21_10/SR_Gender_mainstreaming_pt.pdf

**INFORMAÇÕES SOBRE A APROVAÇÃO
NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER**

Data de aprovação	27.9.2021
Resultado da votação final	+ : 56 - : 8 0 : 10
Deputados presentes no momento da votação final	Nicola Beer, François-Xavier Bellamy, Hildegard Bentele, Tom Berendsen, Vasile Blaga, Michael Bloss, Paolo Borchia, Marc Botenga, Markus Buchheit, Cristian-Silviu Buşoi, Jerzy Buzek, Carlo Calenda, Maria da Graça Carvalho, Ignazio Corrao, Ciarán Cuffe, Josianne Cutajar, Nicola Danti, Pilar del Castillo Vera, Martina Dlabajová, Valter Flego, Niels Fuglsang, Lina Gálvez Muñoz, Claudia Gamon, Nicolás González Casares, Christophe Grudler, András Gyürk, Henrike Hahn, Robert Hajšel, Ivo Hristov, Ivars Ijabs, Romana Jerković, Eva Kaili, Izabela-Helena Kloc, Łukasz Kohut, Zdzisław Krasnodębski, Andrius Kubilius, Miapetra Kumpula-Natri, Thierry Mariani, Marisa Matias, Joëlle Mélin, Dan Nica, Angelika Niebler, Ville Niinistö, Aldo Patriciello, Mauri Pekkarinen, Mikuláš Peksa, Tsvetelina Penkova, Morten Petersen, Markus Pieper, Clara Ponsatí Obiols, Manuela Ripa, Robert Roos, Sara Skytvedal, Maria Spyrali, Jessica Stegrud, Beata Szydło, Riho Terras, Grzegorz Tobiszowski, Patrizia Toia, Evžen Tošenovský, Marie Toussaint, Isabella Tovaglieri, Viktor Uspaskich, Henna Virkkunen, Pernille Weiss, Carlos Zorrinho
Suplentes presentes no momento da votação final	Erik Bergkvist, Izaskun Bilbao Barandica, Cornelia Ernst, Valérie Hayer, Elena Lizzi, Jutta Paulus, Sandra Pereira, Angelika Winzig

**VOTAÇÃO NOMINAL FINAL
NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER**

56	+
NI	Clara Ponsatí Obiols, Viktor Uspaskich
PPE	François-Xavier Bellamy, Hildegard Bentele, Tom Berendsen, Vasile Blaga, Cristian-Silviu Buşoi, Jerzy Buzek, Maria da Graça Carvalho, Pilar del Castillo Vera, Andrius Kubilius, Angelika Niebler, Aldo Patriciello, Markus Pieper, Sara Skytvedal, Maria Spyrali, Riho Terras, Henna Virkkunen, Pernille Weiss, Angelika Winzig
Renew	Nicola Beer, Izaskun Bilbao Barandica, Nicola Danti, Martina Dlabajová, Valter Flego, Claudia Gamon, Christophe Grudler, Valérie Hayer, Ivars Ijabs, Mauri Pekkarinen, Morten Petersen
S&D	Erik Bergkvist, Carlo Calenda, Josianne Cutajar, Niels Fuglsang, Lina Gálvez Muñoz, Nicolás González Casares, Robert Hajšel, Ivo Hristov, Romana Jerković, Eva Kaili, Łukasz Kohut, Miapetra Kumpula-Natri, Dan Nica, Tsvetelina Penkova, Patrizia Toia, Carlos Zorrinho
Vert/ALE	Michael Bloss, Ignazio Corrao, Ciarán Cuffe, Henrike Hahn, Ville Niinistö, Jutta Paulus, Mikuláš Peksa, Manuela Ripa, Marie Toussaint

8	-
ECR	Izabela-Helena Kloc, Zdzisław Krasnodębski, Robert Roos, Jessica Stegrud, Beata Szydło, Grzegorz Tobiszowski, Evžen Tošenovský
ID	Markus Buchheit

10	0
ID	Paolo Borchia, Elena Lizzi, Thierry Mariani, Joëlle Mélin, Isabella Tovaglieri
NI	András Gyürk
The Left	Marc Botenga, Cornelia Ernst, Marisa Matias, Sandra Pereira

Legenda dos símbolos utilizados:

+ : votos a favor

- : votos contra

0 : abstenções